
Clipping n º 1078

, 26 Setembro 2012 - 12:30:26

Embalagem comestível conserva alimentos por mais tempo Quem gosta de queijo sabe que manter o produto na geladeira é um desafio: se a gente tira da embalagem, ele resseca. A solução é ir cortando o plástico aos poucos, na medida em que o produto é consumido, embora o aspecto não fique nada atraente. Uma pesquisa que está sendo desenvolvida na Unopar - Universidade Norte do Paraná pode ajudar a diminuir os efeitos desse problema. As professoras Sandra Lessa Fernandes de Oliveira e Priscila Vianna, do Mestrado de Ciência e Tecnologia do Leite, estão trabalhando com a tecnologia de filmes e coberturas para produzir uma embalagem semelhante a um filme plástico que além de ser comestível também é biodegradável. Além disso, elas estão incorporando óleo essencial de orégano, que tem a ação bactericida e fungicida. Assim, além de mais prática, a embalagem ainda aumenta a vida de prateleira do produto. A matéria-prima para a produção da embalagem é a proteína obtida do soro do leite. Outra vantagem do filme é que o processamento do produto é sustentável. Hoje em dia grande parte do soro de leite, proveniente da fabricação de queijos é descartado pelas indústrias queijeiras. A legislação brasileira obriga os laticínios a tratar esse soro antes de descartá-lo, mas isso nem sempre acontece. Como está experimentando agregar óleo de orégano ao filme, a ideia da professora Sandra é que ele seja usado na embalagem de queijo mussarela, mas ela reconhece que o material abre infinitas possibilidades na indústria alimentícia. Pode ser usado para embalar pães e doces e ainda pode ser associado a componentes como a gelatina, que muda a resistência e flexibilidade do filme, aponta. Portal ABRE/Bonde Cozinha

Atividade econômica abrirá 2013 com crescimento próximo a 4% O Indicador Serasa Experian de Perspectiva da Atividade Econômica, cuja metodologia permite antever os movimentos cíclicos da atividade econômica com seis meses de antecedência, em média, cresceu 0,2% em julho de 2012 frente ao mês imediatamente anterior (junho/12), atingindo o valor de 99,7. Foi a quinta alta mensal consecutiva do indicador, sinalizando que a economia brasileira irá ganhar impulso neste segundo semestre, devendo iniciar o ano de 2013 com uma velocidade de crescimento próxima ao seu potencial, ou seja, ao redor de 4% ao ano. De acordo com os economistas da Serasa Experian, as medidas pró-crescimento adotadas pelo governo (como as sucessivas reduções das taxas de juros e as isenções tributárias em setores específicos) apresentarão impactos mais significativos sobre a atividade econômica a partir do segundo semestre de 2012, viabilizados pela queda gradual da inadimplência, pela melhora da confiança dos empresários e por uma certa acomodação das turbulências econômico-financeiras internacionais. Tais impactos positivos tenderão a se estender até, pelo menos, o início do próximo ano. Assessoria de Imprensa Serasa Experian

Campanha salarial: metalúrgicos de 113 empresas do ABC conquistam 8% de reajuste Metalúrgicos de 113 empresas da região do ABC paulista conquistaram 8% de reajuste salarial, ao contrário dos grupos patronais que decidiram não conceder aumento real neste ano. O percentual inclui reposição da inflação (5,39%, de acordo com INPC acumulado até 1º de setembro, data-base dos metalúrgicos) e aumento real de salário. O reajuste é de 8%. Portanto, foram 5,39% relativos ao INPC e mais 2,5% de aumento real. A estratégia de negociar individualmente com as empresas foi adotada pela campanha salarial que, com isso, avança pouco a pouco. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, esse movimento "vai durar o tempo que for

necessário até que todos os trabalhadores da categoria conquistem o mesmo índice". Estão em campanha salarial 70 mil metalúrgicos do ABC. Desde o dia 14 deste mês, 31,5 mil já conseguiram 8% de reajuste, após uma greve de advertência feita na região. Cerca de 1.200 funcionários de 22 empresas ligadas ao grupo de fundição também tiveram 8% de reajuste. O setor patronal foi o primeiro a negociar com os sindicalistas. No total, o setor metalúrgico emprega no ABC 105 mil pessoas sendo 35 mil em montadoras, que estão fora da negociação porque fecharam acordos salariais por dois anos, até 2013. **Em todo o estado** Nesta terça-feira (25), representantes da Federação Estadual dos Metalúrgicos (FEM), ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), assinam com representantes do setor de fundição a convenção coletiva de trabalho para o segmento. O reajuste salarial aprovado vale para cerca de 5.000 metalúrgicos (das empresas de fundição), representados por 14 sindicatos filiados à federação. Com o reajuste, o salário (piso) passa para R\$ 1.063,26 (nas empresas com até 350 trabalhadores) e R\$ 1.265,22 (acima disso). (Fonte: Agência Brasil)

Tempo especial pode ser provado com laudo atual A TNU (Turma Nacional de Uniformização) dos Juizados Especiais Federais facilitou o reconhecimento da atividade especial pelo segurado que teve trabalhos nocivos à saúde. A instância superior dos juizados decidiu que o laudo comprovando o trabalho insalubre pode ter sido emitido em época diferente daquela em que a atividade foi exercida pelo segurado. O entendimento valerá para todos os processos em andamento no juizados e nas Turmas Recursais, pois foi definido em uma súmula --publicação que orienta o entendimento da TNU sobre um assunto. A decisão foi publicada nesta semana no "Diário Oficial da União". A presidente do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), Jane Berwanger, diz que esse entendimento irá facilitar a vida do segurado que pretende comprovar a atividade especial exercida no passado. Fernanda Brigatti e Juliano Moreira do Agora

Força da greve arranca negociação entre bancários e Fenaban nesta terça A greve nacional dos bancários, que nesta segunda-feira (24) entrou na segunda semana ainda mais forte que na sexta-feira (21), começou a surtir efeito. No começo da noite, a Fenaban enviou ofício à Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) chamando uma nova rodada de negociação com o Comando Nacional dos Bancários para esta terça-feira (25), às 16h, no Hotel Maksoud, em São Paulo. Após a rodada com a Fenaban, haverá também negociação com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, no mesmo local, sobre a pauta de reivindicações específicas dos trabalhadores. "Foi a força da greve que arrancou a retomada das negociações. Esperamos que os bancos apresentem uma proposta que contemple as expectativas dos bancários e possa ser levada às assembleias da categoria em todo o país", afirma Carlos Cordeiro, presidente da Contraf-CUT e coordenador do Comando Nacional. **Crescendo** Nesta segunda-feira, sétimo dia da paralisação, foram fechadas 9.386 agências e centros administrativos de bancos públicos e privados nos 26 estados e no Distrito Federal, segundo informações passadas à Contraf-CUT até as 20h30 pelos 137 sindicatos e dez federações representados pelo Comando Nacional. Na sexta-feira (21), haviam sido paralisadas 9.092 unidades no Brasil inteiro. A Fenaban apresentou a primeira e única proposta, com 6% de reajuste (0,58% de aumento real), no dia 28 de agosto. No dia 5 de setembro, a Contraf-CUT enviou carta à federação dos bancos para reafirmar que estava aberta à retomada das negociações e reivindicava a apresentação de uma nova proposta. A Confederação repetiu o gesto na quinta-feira 20, à espera da reunião do Comando Nacional, em São Paulo, para avaliar a paralisação da categoria. (Fonte: Contraf-CUT) As principais reivindicações dos bancários: - Reajuste salarial de 10,25% (aumento real de 5%) - Piso salarial de R\$ 2.416,38 - PLR de três salários mais R\$ 4.961,25 fixos - Plano de Cargos e Salários para todos os bancários - Elevação para R\$ 622 os valores do auxílio-refeição, da cesta-alimentação, do auxílio-creche/babá e da 13ª cesta-alimentação, além da criação do 13º auxílio-refeição - Mais contratações, proteção contra demissões imotivadas e fim da rotatividade - Fim das metas abusivas e combate ao assédio moral - Mais segurança - Igualdade de oportunidades

Dissídio coletivo de greve dos Correios vai a julgamento nessa quinta-feira (27) O dissídio coletivo de greve dos Correios

será levado a julgamento. Após mais de cinco horas de tentativa de negociação na audiência de conciliação convocada pela relatora do processo, ministra Kátia Arruda, os representantes da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (Fentect), não conseguiram chegar a um acordo. O julgamento será realizado pela Seção de Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho, em sessão extraordinária marcada para acontecer na próxima quinta-feira (27), a partir das 13h30.

Distribuição Durante a audiência realizada nesta terça-feira (25), foram discutidos diversos pontos da pauta de negociações, principalmente as questões do plano de saúde e da entrega domiciliar das correspondências. Os trabalhadores pedem que a empresa altere a operacionalização, passando a fazer a triagem do material para entrega no período da tarde, efetuando a distribuição no período da manhã. Isso porque, de acordo com os representantes da Fentect, vários estados brasileiros apresentam altas temperaturas, o que acaba gerando problemas de saúde para os carteiros. E, segundo a Federação, o período da manhã seria mais propício para o trabalho externo. A empresa chegou a propor a realização de um projeto piloto, em três localidades do país que tenham temperaturas elevadas. Mas as partes não conseguiram chegar a um consenso sobre esse tópico.

Aumento As partes também não chegaram a um acordo sobre a questão do aumento da categoria. Os representantes da ECT mantiveram a sua proposta original, de 5,2% de aumento, não aceitando a proposta anteriormente apresentada pela vice-presidente do TST, ministra Maria Cristina Peduzzi, durante a primeira audiência de conciliação.

Plano de Saúde O Plano de Saúde também foi alvo de ampla discussão. A ECT argumentou que admite discutir a questão com os trabalhadores, e chegou a aceitar proposta do Ministério Público do Trabalho, no sentido de que não fosse feita nenhuma alteração no benefício, enquanto uma comissão paritária (com representantes da empresa e dos empregados), não deliberasse sobre o tema. Mas também não se chegou a um consenso sobre a matéria. Diante da falta de acordo, o representante do Ministério Público do Trabalho requereu que passem a integrar o processo todas as entidades sindicais representativas dos trabalhadores da ECT, na condição de litisconsortes passivos necessários. Os representantes da ECT concordaram com a proposta do MPT. Já a Federação se posicionou contrariamente ao requerimento. Fonte: TST - Processo: DC 8981-76.2012.5.00.0000

Jorge Caetano Ferminopj